



Criação e adaptação de material didático para pessoas com deficiência visual: relatos de egressos da graduação em música

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Daltro Keenan Junior

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Daltro-junior@uergs.edu.br

Regina Finck Schambeck

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Regina.finck@udesc.br

Resumo: Esse texto faz parte de uma pesquisa em andamento cujo foco é investigar os fatores que proporcionaram o ingresso e a permanência de alunos cegos ou com baixa visão nos espaços de educação superior, mais especificamente na graduação em música. Através de uma abordagem qualitativa e, do levantamento e análise de dados obtidos através de entrevistas com deficientes visuais egressos da graduação em música, pretender-se avaliar as ações e práticas que viabilizaram o ingresso, a permanência e a conclusão de suas trajetórias acadêmicas.

Palavras-chave: Educação musical. Ensino Superior. Egressos. Deficiência visual. Música.

Creation and Adaptation of Didactic Material for Visually Impaired People: Reports of Graduation Egresses in Music

Abstract: This text is part of an ongoing research which focus is to investigate the factors that provide the ingress and the permanency of blind students or with low vision in the area of college education, but specifically in the music graduation. Through a qualitative approach and, a lifting and data analysis obtained through interviews with impaired people graduated in music, intends to evaluate the actions and practices that made possible the ingress, the permanency and the conclusion of their academic career.

Keywords: Musical education. Higher education. Egresses. Visual impairment. Music.

1. Introdução

Com os avanços da Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar, um número cada vez maior de pessoas com deficiência tem acessado a modalidade do ensino superior. Essa afirmação encontra respaldo nos índices publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – (INEP). No documento, Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência, o Censo MEC/INEP enumera, em 2003, um total de 5.078 pessoas matriculadas no ensino superior, já em 2013, esse número atingiu o patamar de 29.221 pessoas, acumulando, em 10 anos, um crescimento de 475% nas matrículas da educação superior. Esse mesmo censo, através dos dados da tabela, “Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Necessidade Especial”, disponível nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação, aponta um total de

3.943 alunos com cegueira e 6.955 alunos com baixa visão, matriculados na Educação Superior, em 2013 (BRASIL, 2013a).

A oferta de recursos de atendimento especial nos processos seletivos como o vestibular e o Enem tem sido outro fator que agrega mais oportunidade de ingresso à pessoa com deficiência no ensino superior. Alguns dos recursos disponibilizados são: sala de fácil acesso, provas ampliadas e/ou super ampliadas, prova braille, auxílio de leitor, intérprete de libras e auxílio transcrição.

A crescente inserção da pessoa com deficiência, nos espaços da educação superior, também está relacionada às políticas e programas implantados pelo Governo Federal e o Ministério de Educação (MEC), a fim de garantir os princípios de equidade e valorização da diversidade, da acessibilidade e da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola regular e em todas as modalidades de ensino¹. No âmbito da inclusão na Educação Superior, o Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b), uma parceria da Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação Superior do MEC, merece destaque. Ações afirmativas, como as cotas para a pessoa com deficiência, disponibilizadas por algumas universidades, também têm promovido o acesso ao ensino superior. Segundo Pereira (2007), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) foi a primeira universidade “do Brasil a instituir o sistema de cotas, com um total de 60% das vagas” (PEREIRA, 2007: 162). Desse montante de vagas, 50% são para alunos hipossuficientes e 10% para alunos com deficiência².

Algumas orientações legais sobre a educação especial na modalidade do ensino superior podem ser encontradas no documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008: 15).

Porém, apesar das políticas públicas assegurarem o acesso e a permanência dos estudantes com deficiências na educação superior existem alunos com deficiência visual que não concluem seus estudos. Essas desistências podem ser motivadas pelo agravamento da doença; falta de oferta de material didático-pedagógico adaptado e de profissionais com formação em atendimento especializado; ausência de salas multifuncionais e de tecnologias assistivas; barreiras atitudinais geradas por colegas e professores; falta de mobilidade urbana e acessibilidade aos espaços acadêmicos como a biblioteca e ambientes virtuais. A esse respeito, Caiado (2003) afirma que: “Para alguns, o acesso à universidade traz a esperança de

ter uma profissão e, talvez, um emprego. Sonho que, muitas vezes, acaba logo no 1º semestre” (CAIADO, 2003: 108).

Nesse sentido, cabe cada vez mais aos sistemas de ensino aprimorar suas estratégias pedagógicas, metodológicas e de gestão, a fim de garantir o atendimento especializado em todas as suas modalidades. Esse processo deve ser construído por várias instâncias e todos devem participar de alguma forma, sejam os professores, os colegas, a família e os profissionais da saúde.

2. Objetivos

O objetivo da pesquisa em andamento é investigar, sob a ótica dos entrevistados, quais as principais ações que viabilizam a educação musical da pessoa com deficiência visual praticados em ambientes de formação em nível superior, especificamente na graduação em música, e suas implicações na construção do conhecimento musical destes, abrangendo o ingresso, a permanência e conclusão de suas trajetórias acadêmicas³. Para uma melhor compreensão do objetivo geral, considerações mais específicas sobre o ingresso e o processo seletivo, a participação e avaliação nos conteúdos curriculares básicos, específicos e teórico-práticos, a oferta de apoio pedagógico extracurricular e a promoção de ações relacionadas à acessibilidade são importantes para a obtenção de uma aproximação da perspectiva inclusiva na visão da pessoa com deficiência.

Assim, procura-se neste texto dar visibilidade ao modo como essa inserção se deu na perspectiva de egressos de cursos de música no estado do Rio Grande do Sul, criando assim, um espaço de reflexão para o processo de educação musical para alunos e professores, com deficiência visual e videntes.

3. Pressupostos

Segundo Creswell (2014), sempre trazemos conosco certas crenças e pressupostos filosóficos para nossas abordagens, “Todos os pesquisadores trazem consigo valores pessoais para um estudo, porém, os pesquisadores qualitativos permitem que os seus valores sejam conhecidos em um estudo. Este é o pressuposto axiológico que caracteriza a pesquisa qualitativa” (CRESWELL, 2014: 33-34). Dessa forma, estando as estruturas interpretativas incorporadas os pressupostos filosóficos, entende-se que, as “Teorias da deficiência”, com uma leitura na dimensão da diferença humana e não na deficiência, possa ser adequada para esse estudo.

Atualmente os pesquisadores que usam uma *lente interpretativa da deficiência* se focam na deficiência como uma dimensão da diferença humana e não como um defeito. Como uma diferença humana, o seu significado é derivado da construção social (isto é, a resposta da sociedade aos indivíduos) e é simplesmente uma dimensão da diferença humana (MERTENS, 2003, apud CRESWELL, 2014: 42, grifo do autor).

Compartilho com o apresentado pelo autor, de que as deficiências carregam em si um significado que é derivado da resposta dos valores e representações que a sociedade atribui a esta. Na perspectiva do enfoque da psicologia sócio-histórico-cultural, Vygotski (1997) defende que a pessoa cega não sente diretamente sua deficiência. Percebe as dificuldades que dela derivam. Destarte, os processos de compensação não estão orientados a compensar o defeito, mas superar as dificuldades que a deficiência cria. Tanto o desenvolvimento como a educação do cego não tem tanta relação com a cegueira, mas com as consequências sociais desta (VYGOTSKI, 1997).

Compreender o modo como a pessoa com deficiência visual se relaciona com o mundo que a cerca e como se dá sua experiência perceptiva pode ser um elemento positivo para um processo de educação efetivo. Para Masini (2007), a pessoa com deficiência visual:

[...] tem a possibilidade de organizar os dados, como qualquer outra pessoa e estar aberto para o mundo, em seu modo próprio de perceber e relacionar-se; ou, ao contrário, estar fechado ao imediato que o cerca e a ele restrito. O que não se pode desconhecer é que o deficiente visual tem uma dialética diferente, devido ao conteúdo – não visual, quando se trata do cego ou reduzido, não da pessoa com baixa visão – e à sua organização, cuja especificidade é a de referir-se aos sentidos predominantes de que dispõe (MASINI, 2007: 24).

Para que haja um desenvolvimento cultural, se faz necessário o desenvolvimento de sistemas culturais adequados às percepções predominantes das crianças com deficiência. Como exemplo de substitutivo ao sistema visual de escrita, utilizado pela maioria da humanidade, foi desenvolvido o sistema de grafia em relevo tátil, conhecido como Braille. “Ler com a mão ou com a visão são processos psicológicos diferentes, apesar de cumprirem a mesma função social e possuírem um mecanismo fisiológico similar” (VYGOTSKI, 1997: 28, tradução nossa).

A utilização desse sistema de escrita na área da música é conhecida como musicografia braille. São obras de referência internacional em musicografia braille, as publicadas por: Garmo (2005) e Krolick (1997, 1979, 1975). O *New International Manual of Braille Music Notation* (KROLICK, 1997) é traduzido posteriormente para o espanhol pela Organización Nacional de Ciegos (ONCE, 1998) e, somente seis anos após, é adaptada para o português pela União Mundial dos Cegos (BRASIL, 2004). Nesse sentido, as adaptações,

tanto para a musicografia braille, quanto para a forma ampliada de textos, imagens e partituras se tornam ferramentas imprescindíveis para a oferta de condições adequadas para com o desenvolvimento pleno da educação musical das pessoas com deficiência visual.

4. Procedimentos

Até o presente momento foram entrevistadas três pessoas com deficiência visual egressas da graduação em música, desses, um com cegueira e dois com baixa visão. Dos participantes todos concluíram a licenciatura em música. Como técnica de coletas de dados, a História Oral articula seus documentos de pesquisa entre dois tipos de entrevista: entrevista *temática* ou entrevista de *história de vida*, onde “o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas” (ALBERTI, 2005: 37).

O roteiro das entrevistas temáticas envolveu as seguintes categorias: Identificação do entrevistado; Presença da música no cotidiano e da escolha pela graduação em música; Processo seletivo (vestibular e prova específica) e ingresso; Processos de aprendizagem, ferramentas de ensino e avaliação nas diferentes disciplinas; Adaptação curricular e material didático; Relações interpessoais; Acessibilidade; Perspectivas de trabalho; Considerações e/ou sugestões.

O critério de escolha dos entrevistados está relacionado com o tema da pesquisa, portanto, são pessoas com deficiência visual egressas de graduação em música. Alberti (2005) argumenta que a escolha dos entrevistados em uma pesquisa de História Oral prioriza a posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência e, em função da sua relação com o tema (ALBERTI, 2005).

Através de uma abordagem qualitativa, que utiliza a História Oral como método e, a entrevista temática como técnica de coleta de dados, pretende-se, através das narrativas dos entrevistados, avaliar as ações e práticas que viabilizaram o ingresso, a permanência e a conclusão das trajetórias acadêmicas de alunos com deficiência visual, egressos da graduação em música. Almeja-se que a pesquisa possa contribuir com reflexões sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual, no ensino superior, na área da música.

5. Análise preliminar

O tipo de análise é o denominado como análise categorial. Nesse, o texto é classificado e recenseado, cuja frequência de presença (ou de ausência) de elementos de sentido gera algum significado para o objeto de estudo (BARDIN, 2004). As temáticas

elegidas para orientar as entrevistas suscitaram algumas categorias, mas não se descarta a aparição de novas categorias à medida que ocorrer a interpretação de todos os dados coletados.

Os dados relacionados aos processos de inscrição para o ingresso apontam que ainda não existe uma autonomia por parte da pessoa com deficiência visual nessa etapa. Um dos entrevistados descreve que teve o auxílio da mãe na leitura do edital e no preenchimento dos formulários, já que não havia a disponibilidade do mesmo no formato braille. No período em que prestou o vestibular os leitores de tela não tinha uma interface totalmente adaptada às páginas da internet em HTML. Outro entrevistado afirma que teve o auxílio da irmã para ter acesso ao edital e realizar os tramites de inscrição. A partir dos relatos dos participantes fica evidente que a participação de um familiar foi fundamental para a realização da inscrição no processo seletivo.

Para a realização dos processos seletivos do vestibular e ENEM, todos os participantes afirmaram realizar as provas em condições adequadas às suas especificidades, auxílios como: prova ampliada, prova em braille, tempo adicional, presença de ledores e salas específicas propiciou uma experiência de prova saudável e tranquila a esses estudantes. Porém, um dos entrevistados criticou a ausência de adaptação na grade de respostas das provas do vestibular, justificando que qualquer erro no preenchimento desse documento poderia comprometer seu desempenho no processo seletivo.

Todos os entrevistados realizaram prova de habilidades específicas em música. Segundo o depoimento dos egressos participantes essa etapa foi dividida em prática instrumental, solfejo e prova teórica.

Com relação à prova prática instrumental, o Entrevistado 1 aponta que teve de requisitar o auxílio de uma pessoa para ditar a partitura da peça de confronto, assim pode adaptá-la para o braille, já que não lhe fora disponibilizada nesse formato. Esse mesmo entrevistado afirma que a etapa do solfejo foi ofertada em braille e, que a transcrição era adequada. Do mesmo modo, também recebeu a prova teórica em braille, tendo nessa fase a presença de um ledor para auxiliá-lo no preenchimento e leitura das questões teóricas. Contudo, alerta para a utilização de software específico para a escrita de textos em braille, o Braille Fácil, na confecção dos trechos musicais da prova teórica. Com relação ao uso do software, argumenta que o mesmo não era adequado para esse processo, recomendando, inclusive, a confecção das partituras em software específico para a escrita da musicografia braille, que difere dos softwares de escrita alfabética.

Durante a trajetória acadêmica dos entrevistados, a presença do monitor, tanto das disciplinas, quanto aquele vinculado aos centros de acessibilidade ou núcleos das universidades foi de fundamental importância. Dessa forma, as universidades que possuem centros de acessibilidade ou núcleos de apoio e promoção para a inclusão oferecem maiores condições de permanência desse alunado. A presença de colegas que se disponibilizaram a auxiliar os alunos com deficiência visual também é frequente. A família também foi citada como auxiliar nas adaptações que, por ventura, não foram disponibilizadas, sejam em textos didáticos ou em partituras.

6. Considerações

O acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior é uma realidade e, portanto, os esforços devem ser direcionados para a permanência e participação efetiva desses alunos. É de extrema importância a organização e o planejamento prévio, a constante avaliação da oferta dos materiais e consulta à pessoa envolvida, propiciando maior efetividade no desenvolvimento das atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica. Assim, o estudo se delinea na perspectiva dos próprios egressos, entendendo que suas narrativas, bem como, a postura assumida pelas universidades que os receberam, possa balizar ações em espaços ainda não ocupados por esse alunado.

Ao longo dos depoimentos ficou claro que os espaços acadêmicos que acolheram alunos na mesma condição apresentam experiências e protocolos que facilitaram o processo de permanência desses alunos nos cursos de música. Por outro lado, a menção à falta de oferta de material braille disponível nas bibliotecas universitárias é destacado pelos entrevistados, como um dos aspectos de maior precariedade. Este espaço é citado pelos participantes da pesquisa como sendo pouco acessado, justamente pela falta de produções impressas em braille.

As análises preliminares da dissertação em andamento alertam para a pouca criação e adaptação de material didático aos estudantes com deficiência visual no ensino superior e música. Os participantes da pesquisa fazem referências à ajuda de colegas e das ações proativas que eles mesmos foram desenvolvendo para suprir as dificuldades de cada etapa da sua formação. Estes dados evidenciam a importância de se conhecer essas ações para mobilizar as instituições de ensino superior do ponto de vista da formação docente, da adaptação dos materiais, da quebra das barreiras e das relações interpessoais necessárias para garantir um aumento progressivo do número de egressos com deficiência visual na área da música.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2013: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação - Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Necessidade Especial*. 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 21 mar. de 2016.
- _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI e Secretaria de Educação Superior - SESu. *Documento orientador: Programa Incluir, Acessibilidade na Educação Superior*. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2013. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=12737&Itemid=>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- _____. Ministério da Educação/ SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- _____. União Mundial de Cegos. Subcomitê de Musicografia Braille (Elaboração). *Manual Internacional de Musicografia Braille*. MOTA, Maria Glória Batista da. (Coordenação geral). Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 2004. 310p. 2004b. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/musicabraile.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- CAIADO, Kátia Regina Moreno. *Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos*. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. 150 p.
- CRESWELL, John. W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa*. 3. ed., Porto Alegre: Penso, 2014.
- GARMO, Mary Turner de. *Introduction to Braille Music Transcription*. Washington: The Library of Congress, 2005.
- KROLICK, Bettye. *New International Manual of Braille Music Notation*. Suíça: Braille Press Zurich, 1997.
- _____. *Dictionary of braille music signs*. Washington: Bind and Physically Handicapped, 1979.
- _____. *How to read braille music*. Illinois: Stipes Publishing Company, 1975.
- MASINI, Elcie Fortes Salzano. (Org.). *A pessoa com deficiência visual - um livro para educadores*. São Paulo: Vetor, 2007.
- PEREIRA, Marilú Mourão. *Inclusão e Universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- VYGOTSKI, Lev. Semiónovic. *Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997.

¹ Para mais informações pesquisar sobre: Programa Escola Acessível (2008), Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2005), Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial – Modalidade a Distância (2007). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988>

² Para mais informações acessar: <http://www.uergs.edu.br/index.php?action=destaque&cod=2665>

³ Pesquisa submetida ao comitê de ética com parecer de aprovação número: 1.413.764